



PRIMEIRO MINISTRO

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO KAY RALA XANANA GUSMÃO

POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DO PLANO NACIONAL DE MÉDIO PRAZO 2027-2030 E DO RELATÓRIO DE PROGRESSO DA MONITORIZAÇÃO DO PED 2011- 2024

**“Reforçar o Planeamento Estratégico para um Desenvolvimento Sustentável e
Inclusivo”**

Auditório Kay Rala Xanana Gusmão, Ministério das Finanças
1 de outubro de 2026



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Dili, Timor-Leste

Suas Excelências
Membros do Parlamento
Membros do Governo
Embaixadores, Representantes de Organizações Internacionais e demais
Membros do Corpo Diplomático

Distintos Parceiros de Desenvolvimento
Representantes do Setor Privado, da Sociedade Civil e da Comunidade
Académica

Senhoras e Senhores,

Permitam-me, antes de mais, saudar calorosamente a presença de cada um de
vós nesta cerimónia.

A vossa participação demonstra o compromisso partilhado com o futuro de
Timor-Leste e confere a este momento uma importância especial para o nosso povo.

Hoje, estamos aqui para o lançamento de dois documentos importantes, que
representam também um momento nacional de prestação de contas e de renovação
de um compromisso político.

O primeiro, analisa o caminho percorrido no âmbito do Plano Estratégico de
Desenvolvimento para o período de 2011 a 2024. O segundo, define o trabalho do
Governo de 2027 a 2030.

**Ambos são apresentados ao povo timorense como um pacto: a garantia
de que a visão de 2011 permanece viva e de que a fase final do Plano Estratégico
de Desenvolvimento será levada até ao fim com disciplina e unidade de
propósito.**

Antes de analisarmos os números e as metas, devemos recordar por que razão
o Plano Estratégico de Desenvolvimento foi elaborado.

Nos primeiros anos da nossa independência, a nossa tarefa era clara. Tínhamos de garantir a paz e construir um Estado.

Éramos um país novo que ainda carregava as profundas cicatrizes do conflito. As nossas instituições eram fracas e grande parte das infraestruturas nacionais de que o nosso povo necessitava não existia.

Demos prioridade à reconciliação no seio do nosso país e com a Indonésia, porque sabíamos que, sem paz, não poderia haver desenvolvimento sustentável.

Após uma série de contratempos e desafios, em 2009, o povo timorense uniu-se e declarou: «Adeus ao Conflito, Bem-vindo o Desenvolvimento».

A conquista da paz permitiu-nos iniciar um planeamento a longo prazo e consultar o nosso povo sobre o futuro que desejava para o nosso país.

Em 2011, o povo timorense definiu essa visão no Plano Estratégico de Desenvolvimento. O seu objetivo era reforçar a nossa soberania e construir uma nação com uma economia forte e uma população saudável e com um bom nível de educação.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento vai além do mandato de qualquer governo. Foi elaborado através de um processo de consulta aberta em todo o Timor-Leste e endossado pelo Presidente da República e pelo Parlamento Nacional.

Ao longo de sucessivos Governos Constitucionais, de diferentes orientações políticas e sob a liderança de distintos Primeiros-Ministros, o PED tem sido preservado, ajustado e implementado como o nosso roteiro estratégico de longo prazo.

Esta continuidade, para além de ser condição essencial para o desenvolvimento, constitui também prova de uma crescente maturidade institucional do nosso Estado.

É este amplo apoio nacional que faz com que continue a orientar o nosso desenvolvimento.

Nos últimos quinze anos, o nosso país e o mundo mudaram. Enfrentámos a pandemia da COVID-19, as inundações de abril de 2021, o aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis e os efeitos crescentes das alterações climáticas.

A nossa população também continuou a crescer. A cada ano que passa, mais jovens timorenses necessitam de educação, formação e emprego.

O Relatório de Acompanhamento do Progresso do PED permite-nos analisar com honestidade a forma como temos respondido e a situação em que nos encontramos atualmente.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Após treze anos de implementação, o Governo avaliou 199 metas de curto e médio prazo nos principais setores do Plano.

Destes, 106 metas, ou seja, 53,3%, foram concluídas ou atingiram uma fase avançada de implementação.

Outros 43% registaram progressos parciais, enquanto cerca de 3% registaram progressos limitados.

Os números revelam progressos substanciais.

Ao longo deste período, consolidámos o nosso Estado e estabelecemos uma nação pacífica, coesa e democrática, que respeita o Estado de direito e a dignidade do nosso povo.

Timor-Leste é agora o sexto país mais pacífico da Ásia-Pacífico e continua a ser reconhecido como uma das democracias mais sólidas do Sudeste Asiático.

Isto é algo de que todos os timorenses se devem orgulhar.

Concretizámos uma aspiração nacional de longa data ao tornarmo-nos membros da ASEAN. Aderimos também à Organização Mundial do Comércio, o que proporciona ao nosso país um maior acesso ao comércio e ao investimento internacionais.

Fizemos progressos importantes na vida do nosso povo. A vacinação infantil atingiu 98%. A mortalidade infantil e a mortalidade de crianças com menos de cinco anos diminuíram significativamente e a taxa de alfabetização nacional atingiu 72,4%.

Fizemos também investimentos significativos nas infraestruturas de que o nosso país necessitava.

A eletricidade chega agora a mais de 99% das nossas cidades e aldeias. Construímos estradas para ligar as comunidades e as empresas. O Porto de Tibar liga-nos ao comércio internacional.

O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato está a ser modernizado e o Cabo Submarino de Timor-Leste liga agora o nosso país diretamente às redes digitais internacionais.

Estes investimentos e ganhos sociais constituem as bases para melhores serviços públicos e para o futuro desenvolvimento económico.

Mas o relatório também mostra onde o nosso progresso ainda não foi suficiente.

O número de registos de empresas aumentou, a produtividade agrícola melhorou e o setor privado formal criou 14.400 postos de trabalho entre 2021 e 2024.

Apesar disso, a nossa economia não cresceu com a rapidez necessária para criar o emprego e as oportunidades de que o nosso povo necessita.

Ainda há demasiados jovens timorenses com dificuldades em encontrar trabalho. Ainda há demasiada atividade económica que depende do Estado. E grande parte do que consumimos é importada, em vez de ser produzida em Timor-Leste.

A agricultura, o turismo e o investimento privado ainda não atingiram o seu potencial.

Esta é a principal lição do Relatório de Progresso de Monitorização do PED.

A primeira fase do nosso desenvolvimento centrou-se na garantia da paz, no estabelecimento das nossas instituições e na construção de infraestruturas nacionais.

Temos, por isso, de passar à fase seguinte: a construção de uma economia forte e produtiva.

Senhoras e Senhores,

O Plano de Médio Prazo 2027-2030 abrange os últimos anos do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Temos de ser realistas. Não iremos cumprir todas as metas definidas em 2011 até 2030.

O Plano original era deliberadamente ambicioso e o nosso desenvolvimento foi afetado por choques internos e internacionais.

Estes choques explicam alguns atrasos, mas não os justificam. Nos próximos quatro anos, temos de definir as nossas prioridades e concretizá-las.

O Plano de Médio Prazo estabelece metas claras. O nosso objetivo é alcançar um crescimento anual do PIB não petrolífero entre 6% até 2030 e 7,5% após 2030.

E pretendemos criar entre 5.000 e 7.000 novos postos de trabalho formais no setor privado por ano e aumentar a quota do setor privado no investimento total em 15 a 20 pontos percentuais do PIB não petrolífero.

Estas são metas exigentes. Refletem a dimensão da transformação económica de que Timor-Leste necessita.

O Plano articula-se em torno de quatro pilares: diversificação económica, infraestruturas, desenvolvimento social e do capital humano e desenvolvimento institucional.

No âmbito destes pilares, identifica-se dez prioridades nacionais que serão acompanhadas diretamente pelo Conselho de Ministros.

O Plano orienta o Governo para o trabalho que mais importa e exige que os nossos orçamentos anuais apoiem estas prioridades.

A questão central é como alteramos a estrutura da nossa economia.

Nos primeiros anos da independência, o Governo teve de assumir o papel de liderança. Tivemos de construir estradas, redes elétricas, portos, telecomunicações, escolas e instituições públicas.

O Fundo Petrolífero proporcionou-nos os recursos necessários para preservar a estabilidade e começar a construir estas bases nacionais.

Mas uma economia não pode depender indefinidamente da despesa pública. O Governo não pode continuar a ser a principal fonte de atividade económica e de emprego.

Precisamos agora que as empresas timorenses produzam mais, invistam mais e empreguem mais pessoas. Precisamos também de investimento estrangeiro responsável que traga capital, competências e acesso aos mercados.

O Governo continuará a ser um parceiro ativo neste processo. O nosso papel é proporcionar leis claras, instituições que funcionem, pessoas qualificadas e infraestruturas fiáveis.

O Plano inclui, por isso, medidas práticas para alargar o acesso ao financiamento.

Um regime de garantia de crédito e um mecanismo de financiamento misto têm como objetivo gerar 40 milhões de dólares americanos em empréstimos adicionais para micro, pequenas e médias empresas.

O Plano prevê ainda parcerias público-privadas nos setores da habitação, das infraestruturas digitais e das energias renováveis, bem como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento.

A nossa adesão à ASEAN e à Organização Mundial do Comércio proporciona às empresas timorenses um maior acesso aos mercados, ao investimento, à educação e às competências.

Mas a adesão, por si só, não transformará a nossa economia. Temos de criar empresas capazes de competir, produzir bens e serviços que as pessoas queiram comprar e criar empregos aqui em Timor-Leste.

O desenvolvimento económico depende do nosso povo. Não há substituto para o investimento na educação, na saúde e nas competências.

Os jovens timorenses têm de possuir as competências necessárias para os empregos que a nossa economia irá criar.

O desenvolvimento deve chegar às mulheres, às pessoas com deficiência, aos jovens e às famílias das nossas comunidades rurais.

Tem também de ser apoiado por instituições capazes de implementar políticas, gerir os fundos públicos e prestar serviços em todo o país.

O nosso povo não lutou pela independência apenas para ter a nossa própria bandeira, um hino nacional e um lugar nas Nações Unidas. A independência deve também permitir-nos melhorar a vida do nosso povo.

O Fundo Petrolífero deu a Timor-Leste uma oportunidade que muitos países em desenvolvimento não têm. Criámo-lo para gerir a nossa riqueza em recursos naturais de forma responsável e para o benefício a longo prazo do nosso povo.

A nossa tarefa consiste em converter essa riqueza numa economia produtiva, em vez de permitir que a nossa economia dependa das despesas do Fundo.

A soberania não é um slogan.

Exige a força económica necessária para tomarmos as nossas próprias decisões no nosso próprio interesse.

A soberania sem força económica permanece incompleta.

Senhoras e senhores,

O povo timorense não avaliará o sucesso deste Plano pelo número de metas apresentadas nas suas tabelas. Avaliá-lo-á pelas mudanças que ocorrerem nas suas vidas.

Perguntarão se a água chega às suas casas, se a eletricidade é fiável, se as estradas são mantidas e se o sistema de drenagem protege os seus bairros.

Irá julgar-nos pela qualidade das nossas escolas, dos serviços de saúde e da segurança pública.

Acima de tudo, os nossos jovens irão julgar-nos com base na possibilidade de encontrarem trabalho e construírem as suas vidas, aqui, em Timor-Leste.

Por isso, cada orçamento anual deve apoiar o trabalho previsto no Plano e os ministros devem ser responsabilizados pela sua implementação.

Isto exigirá escolhas claras. Exigirá cooperação com o Parlamento Nacional, as autoridades municipais, o setor privado, a sociedade civil, os parceiros de desenvolvimento e o nosso povo.

O trabalho que temos pela frente é difícil. Mas, temos um plano, uma direção clara e o empenho do povo timorense.

A nossa responsabilidade agora é aproveitar o que alcançámos e garantir que a nossa independência continue a proporcionar maiores oportunidades e uma vida melhor ao nosso povo.

Este é o “pacto” de que vos falei no início deste discurso.

Esta é a promessa que queremos cumprir.

Cumprir com coragem, com disciplina e com rigor.

E cumprir, também, através de uma absoluta coordenação interministerial, ampliando essa coordenação para todos os atores estatais e parceiros institucionais.

Unidos, em verdadeira parceria e cooperação, garantiremos que cada ação tenha mais alcance, mais impacto e mais justiça para a população que servimos.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão